

METAMORFOSE URBANA: A CONURBAÇÃO GOIÂNIA -GOIANIRA E SUAS IMPLICAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

URBAN METAMORPHOSIS: THE CONURBATION OF GOIANIA AND GOIANIRA CITIES AND IT'S SOCIO-SPATIAL IMPLICATIONS

Thaís Moreira Alves

Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA thaistememeil@hotmail.com

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA

eguimar@hotmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva identificar vetores sócio-espaciais do processo de conurbação entre os municípios de Goiânia e Goianira. A pesquisa constatou que a rodovia GO-070 em associação com a forma do relevo direcionam a ocupação do espaço no íterim dos municípios. Esta ocupação tem conteúdo múltiplo de acordo com a renda, tipos de moradia e usos.

Palavras-chave: conurbação, região metropolitana, metrópolis

ABSTRACT

This article aims to identify the social-spatial vectors of the conurbation process between the Municipality of Goiânia and Goianira. The research evidenced that the highway GO-070 associated with the relief interfere on land use distribution between the two municipalities. This land use is diverse and varies in accordance with the income, types of housing and urban services.

Key-words: conurbation, metropolitan region, metropolis

1. INTRODUÇÃO

Vive-se o que se tem chamado de “mundo urbano”, “civilização urbana” ou “cultura urbana”. Fenômenos como a Cidade Mundial, Aglomerações urbanas, megalópoles, metrópoles e constelações urbanas demonstram que a crescente urbanização e o crescimento territorial das cidades são decorrentes do modelo de mundo que se efetivou no período contemporâneo. Esse modelo está fundamentado numa lógica espacial baseada na desigualdade entre nações, na desigualdade da distribuição da população no território e na má distribuição social de capital, bens e recursos.

Desse modelo resulta a concentração espacial de atividades, pessoas e símbolos em metrópoles, ou em aglomerações urbanas que, por sua vez, cria zonas de conurbação, processo comum em centros urbanos com alta expansão, vertical e horizontal (Anjos & Chaveiro, 2006; Maricato, 1996). Cidades como Nova Iorque, São Francisco, São Paulo, Recife, Salvador, Curitiba, Tóquio e Hong Kong são claros exemplos.

Na década de 60, a Região Centro-Oeste iniciou um processo de mudança de sua estrutura produtiva, impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos outros mercados - elementos que tiveram importantes conseqüências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população, deixando os pequenos núcleos urbanos e rural que não estavam contabilizados neste projeto em uma condição de baixa mobilidade e baixo fluxo econômico, contribuindo para a migração destes núcleos urbanos e rural, em direção aos centros regionais mais próximos.

Esse processo fez aumentar significativamente a população no entorno das grandes cidades formando extensas periferias. Este crescimento urbano se deu praticamente durante a década de 70. Este período foi também fundamental para compreender a estrutura produtiva e a urbanização do Centro-Oeste, já que a região foi amplamente beneficiada pela “marcha modernizadora do oeste”, provocando um intenso direcionamento dos fluxos migratórios para áreas mais promissoras.

Dessa maneira, Goiás se coloca no seio deste modelo, fazendo com que as transformações sócio-espaciais sejam alteradas a velocidades surpreendentes. O território goiano, apesar de possuir uma estrutura econômica baseada na agropecuária, se tornou fonte de atração de imigrantes. Milhares de nordestinos que fugiam da pobreza migraram para construir Brasília, muitos deles alojaram-se no território goiano, fato que contribuiu, a partir de 1970, para o crescimento significativo da população. Houve também políticas que alimentaram constantemente propagandas atrativas aos migrantes que, após se fixarem temporariamente em Goiânia, se realocavam em outras cidades da Região Metropolitana de Goiânia (Anjos & Chaveiro, 2006). Goiânia, considerada uma metrópole regional, está entre as grandes cidades brasileiras que mais recebe migrantes em todo o Brasil.

Na capital do Estado, a ilegalidade na ocupação do solo, com a promoção de imensos loteamentos populares foi iniciativa única e exclusiva do Estado. Isolados da zona de influência direta da cidade, esses “depósitos de pessoas” marcados pelo abandono, são produto de iniciativas populistas, bem sucedidas do ponto de vista eleitoral, mas que resultam numa tragédia em termos sociais, urbanos e ambientais (Anjos & Chaveiro, 2006).

A Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999 criou a Região Metropolitana de Goiânia, formada por 11 municípios, dentre eles estão o de Goiânia e o de Goianira, que apresentam um crescimento concorrente ao longo da GO-070. De forma geral esta região abriga os rejeitados socialmente da metrópole, devido ao seu alto custo, além dos trabalhadores do Pólo Industrial de Goianira, implantado em 2000.

Essa constatação demonstra que a cidade não deve ser analisada isoladamente no território. Nela relações de subordinação e complementaridade são exercidas com outras cidades. Um conjunto de cidades exerce relações entre si por meio do fluxo de bens, serviços e informações (Arrais, 2004). Neste trabalho busca-se a compreensão das causas dos vários deslocamentos populacionais, responsáveis pelas transformações sócio-espaciais em curso na Região noroeste de Goiânia a fim de compreender como se dá o processo de espacialização Goiânia-Goianira.

2. ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo abrange a região noroeste de Goiânia, no sentido da GO - 070 em direção à Goianira. Trata-se de uma área sobreposta transitoriamente, uma vez que as malhas urbanas das duas cidades se expandem.

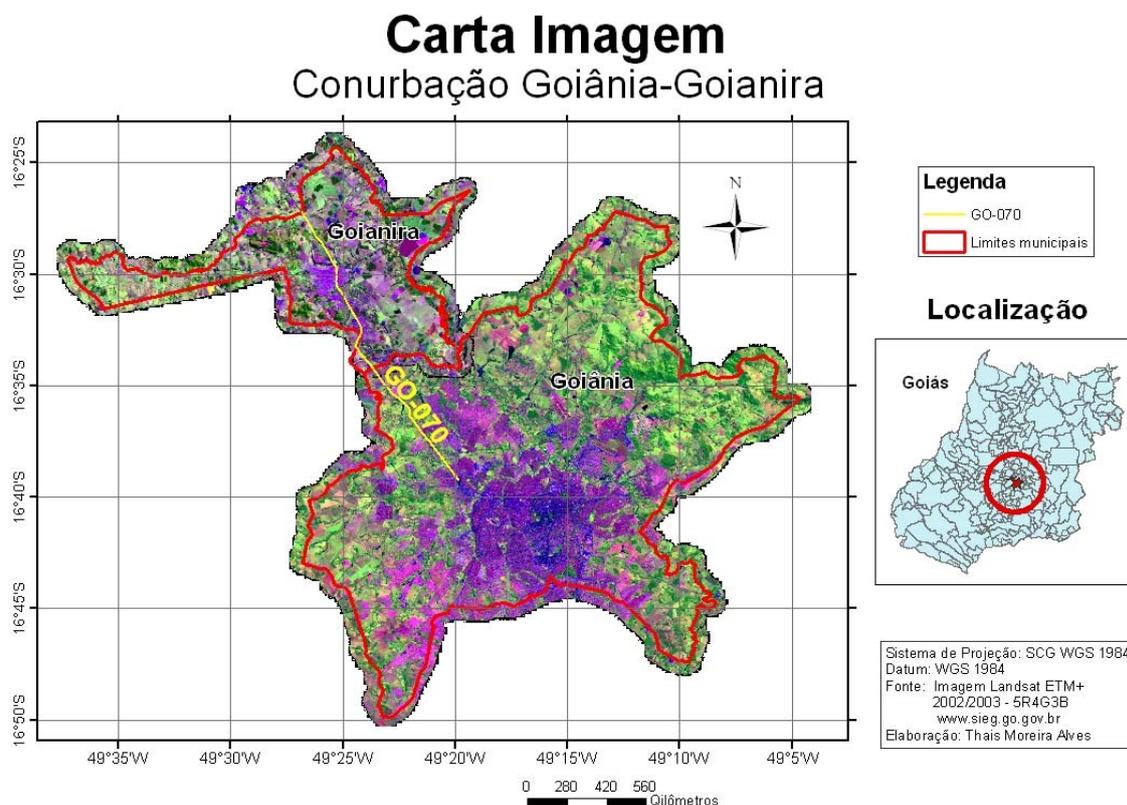


Figura 1 - Carta imagem da área de estudo

3. REVISÃO DE LITERATURA

Há décadas ocorre um claro movimento de urbanização em diversas áreas do planeta. Nos dias de hoje, o processo ocorre em menor intensidade, porém a capacidade de suporte de determinadas áreas do globo terrestre tem sido tensionada até quase o seu limite nas regiões metropolitanas (Rei & Sogabe, 2007).

No Brasil o processo de urbanização deu-se praticamente no século XX. Neste período a população urbana cresceu 34,4% entre 1940 e 1980. Entretanto, a mudança de um país predominantemente rural para um país urbano ganhou velocidade a partir da década de 60, se estendendo até a década de 70, quando domicílios situados nas áreas urbanas chegavam a 58% (IBGE,1991). Um gigantesco movimento migratório foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas em apenas 60 anos (Maricato, 1996).

Esse crescimento deu-se principalmente por fatores como a expansão da economia brasileira, o crescimento demográfico (Matos, 1995 e Maricato, 1996) e fundamentalmente, pela migração decorrente

dos grandes êxodos das áreas rurais para áreas urbanas. Entre 1960 e 1980 houve uma inserção de quase 50 milhões de pessoas nas áreas urbanas; a migração campo-cidade respondeu por cerca de 28 milhões de pessoas.

O êxodo rural representou, portanto, algo próximo de 57% do crescimento urbano no período (Martine, et al, 1990). A partir de então a urbanização ampliou-se, ganhando complexidade e abrangência, envolvendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos - em meio a um crescimento sem precedentes da malha viária.

O dinamismo da urbanização, o crescimento demográfico, as migrações de tipo campo-cidade, a industrialização e as mudanças no mercado de trabalho explicam boa parte das alterações territoriais ocorridas no país como atestam, por exemplo, Santos (1994) e Corrêa (2005).

A expansão da urbanização em direção aos muitos núcleos urbanos que se formaram no país nas últimas décadas favoreceram diretamente o surgimento de várias aglomerações urbanas nas regiões metropolitanas, contribuindo para a expansão dessa rede urbana.

Em Santos (1994), tem-se a confirmação da tese do crescimento acelerado das Regiões Metropolitanas, com a constatação de grande participação do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo estas responsáveis pela absorção de mais de um quarto do total de incremento da população brasileira entre 1970 e 1980.

Na década de 70, os estoques de população residente em áreas urbanas já eram muito expressivos. Maricato (1996) nos atenta para o crescimento urbano resultante desse intenso crescimento demográfico que se fez, em grande parte fora da lei (sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e código de obras), sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Sem alternativas, a população se instalou como pôde, com seus poucos recursos e conhecimento.

Os núcleos urbanos se expandiram e favoreceram o surgimento das várias aglomerações urbanas nas regiões metropolitanas, grande centro populacional, que consiste em uma grande cidade central e sua zona de influência. Em regiões metropolitanas é fácil observar o surgimento de aglomerações urbanas, conurbações em processo de metropolização, formadas em áreas urbanizadas da cidade central e da cidade adjacente, formando uma área de conurbação.

A palavra Conurbação, designa uma extensa área urbana decorrente do encontro ou junção da área urbana de duas ou mais cidades. Ao longo do tempo os seus limites geográficos perdem-se em virtude do seu crescimento horizontal. Em geral, esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas. Essa zona de aglomeração pode ser formada também por áreas urbanizadas intercaladas com áreas rurais.

O necessário é que as cidades que formam uma região metropolitana possuam relações de interdependência entre si. Anjos e Chaveiro (2006) nos apontam que, desde o advento da industrialização brasileira nos anos 1970, há uma tendência de ligação física e funcional entre as cidades que formam as Regiões Metropolitanas (RMs).

Nessa dinâmica sócio-espacial, cada uma das cidades integrantes acaba por se eximir de certas atribuições sócio-políticas e desenvolver outras hipertrofiadamente.

Milton Santos afirmava haver duas tendências na urbanização brasileira: crescimento de RMs e de cidades médias. Assim, enquanto as RMs se adensavam populacionalmente nas décadas de 1980 e 1990, também as cidades de mais de 500.000 de habitantes cresciam e ainda mais as de 200.000 a 500.000 habitantes (Santos, 1994). Porém, a complexidade de uma Região Metropolitana apresenta-se ampliada já que seu gerenciamento territorial não está unificado, gerando entraves ao cotidiano de grande parte de sua população.

As regiões metropolitanas do Brasil devem ser definidas por lei estadual, embora uma conurbação possa ser chamada de região metropolitana. A finalidade de sua criação é o interesse pela viabilização de sistemas de gestão de funções públicas de interesse conjunto dos municípios conurbados. Entretanto, no Brasil as regiões metropolitanas não possuem personalidade jurídica própria, nem os cidadãos elegem representantes para a gestão metropolitana.

O processo de formalização das Regiões Metropolitanas Brasileiras iniciou-se em 1973 quando foram instituídas as primeiras oito regiões (São Paulo - SP, Belém - PA, Fortaleza - CE, Belo Horizonte - MG, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Recife - PE, Salvador - BA). Em 1974, foi instituída a do Rio de Janeiro - RJ; no ano de 1995, a região de Vitória - ES; e, em 1997, a de Natal - RN. Em seguida, em 1998, instituíram-se as de Maceió - AL, do Distrito Federal e Entorno - DF, de São Luís - MA, do Vale do Aço - MG, de Londrina - PR, de Maringá - PR, de Florianópolis - SC, do Vale do Itajaí - SC, do Norte/Nordeste Catarinense - SC, da Baixada Santista - SP. Em 1999, foi instituída a Região Metropolitana de Goiânia - GO e, em 2000, a de Campinas - SP. As últimas três foram instituídas no estado de Santa Catarina, em 2002: Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e Tubarão. Em suma, as 26 regiões metropolitanas brasileiras concentram 413 municípios, população de 68 milhões de habitantes e ocupam área de 167 mil km².

Os abismos criados entre as diversas áreas que compõem as grandes regiões metropolitanas têm gerado sérias divisões sociais, fazendo com que as carências sejam ressaltadas e induzam movimentos como ocupações desordenadas de terrenos, crescimento anômalo sem infra-estrutura e sequer planejamento primário, com conseqüente desequilíbrio ambiental e possibilidade clara do surgimento de desastres sociais (Rei & Sogabe, 2007).

Maricato (1996) nos chama atenção para o crescimento econômico do Brasil entre 1940 e 1980, já que ele se deu por taxas muito altas e, embora a riqueza gerada por esse crescimento tenha sido muito mal distribuída, ainda assim proporcionou melhora de vida à grande parte da população, além de resultar em uma respeitável base produtiva.

No entanto, o país não tem política institucional para as regiões metropolitanas, como se os índices de violência, poluição e miséria que elas apresentam pudessem ser resolvidos com políticas compensatórias pontuais.

Os espaços periféricos metropolitanos foram tratados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, como regiões habitadas por população operária, inserida muito precariamente na estrutura de renda e ocupações, que autoconstruía suas casas em terrenos ocupados ou localizados em loteamentos clandestinos/irregulares, tinha acesso muito precário a equipamentos e serviços urbanos e tendia a gastar uma parte significativa de seu tempo livre em longas viagens em transportes públicos de má qualidade. Essas condições

seriam responsáveis pelas precárias condições de vida e saúde encontradas nas periferias metropolitanas naquele momento (Marques & Torres, 2007).

O fenômeno novo é a perda de participação relativa das RMs na última década, ou seja, pela primeira vez no recente processo de urbanização do país, parece estar ocorrendo uma reversão da concentração da população urbana em favor principalmente de cidades de médio porte (Andrade & Serra, 2001).

Como veremos à frente, este fenômeno de reversão da concentração pode favorecer uma menor pressão por infra-estrutura e ativos urbanos de tal forma a reduzir a incidência de “fatores desaglomerativos” com a conseqüente redução do custo urbano destas grandes aglomerações. Se confirmada essa tendência, estariam abertas novas possibilidades de políticas públicas de planejamento urbano visando um crescimento metropolitano mais ordenado e equilibrado, mesmo que a maioria das RMs continue a crescer acima da taxa média de crescimento vegetativo da população do país (em torno de 2%).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

	População que se instala nas regiões Metropolitanas	% do aumento da população nacional que se instala nas Regiões Metropolitanas
1940-1950	3.052.907	28,75
1950-1960	5.952.919	32,62
1960-1970	8.596.874	37,46
1970-1980	10.259.743	43,37

Fonte: Santos (1994, p. 76)

4. METODOLOGIA

A metodologia consistiu-se no levantamento de fontes teóricas e metodológicas a respeito das Regiões Metropolitanas, além do levantamento metodológico de estudos e pesquisas sobre a Região Metropolitana de Goiânia. Buscou-se também uma literatura relacionada à periferia urbana e a conurbação, como categorias de análise.

Depois deste momento de leitura, reflexão e síntese das fontes bibliográficas acerca da temática proposta, o próximo passo foi fazer uma caracterização minuciosa da área através de levantamento de dados censitários retirados de Santos (1994) e IBGE (1991), para melhor representação do objeto de estudo. Visitas exploratórias a campo, também foram utilizadas, com a finalidade de fazer um diagnóstico para traçar os perfis existentes na área e identificar os fenômenos que não apareceram no levantamento estatístico. Fotografias digitais foram tiradas ao longo da visita a campo a fim de captar momentos da paisagem e nos ajudar na análise sócio-espacial e também auxiliaram na descrição da paisagem, como flagrantes de autoconstruções, construções populares, estrutura habitacional, margens da rodovia e a sua

ligação com os recentes loteamentos.

Durante o trabalho de campo, fizemos entrevistas com a população local: moradores do Residencial Triunfo. Foi realizada também uma análise da estrutura econômica da micro-região de conurbação entre Goiânia e Goianira, além da identificação dos arranjos sub-regionais de cada município. Do nível macro-político à geração da realidade prático-sensível e psico-social, pudemos encontrar vieses que nos indicaram vestígios do fato ocorrente.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de industrialização das cidades brasileiras da década de 70 muito contribuiu para o surgimento e aumento de periferias nas metrópoles, para a junção da metrópole com outros municípios, assim como sua própria urbanização. Em Goiânia, assim como em outras cidades, esse processo continua em andamento. Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo são exemplos de cidades que estreitaram seus limites físicos com Goiânia por meio da explosão demográfica, tais casos têm sido bastante estudados.

As aglomerações urbanas tornam palcos de uma espacialidade expressiva das desigualdades: periferia proletária ou bolsões de miséria, a quem Santos (1998) denomina de pobres da cidade. Essa periferia, conhecida por abrigar um grande contingente de fornecedores de mão-de-obra para o centro urbano e por englobar parcelas da população excluída do processo de integração sócio-econômico, contribui para a construção de diferentes lugares, de novas espacialidades. E também de dramas sociais e existenciais humanos.

No rol dos espaços urbanos conflitantes na Região Metropolitana de Goiânia está a espacialização Goiânia - Goianira, em que as malhas se sobrepõe transitoriamente. A pavimentação da GO-070, entre estas duas cidades, facilitou os fluxos populacionais de uma cidade à outra e abriu caminho para a formação, principalmente, de bairros populares ao redor da Rodovia.

Atualmente, essa zona de conurbação compõe a Região Metropolitana de Goiânia, também chamada de Grande Goiânia. Essa região, em termos de ocupação, se expande no início da década de 1990, havendo uma maior intensidade uma década depois, com o lançamento de vários loteamentos irregulares, ou seja, à margem da legislação urbana em vigor.

Dois são os loteamentos que surgiram na região conurbada entre Goiânia/Goianira nas condições mencionadas acima: um na área denominada Fazenda São Domingos e o loteamento da fazenda Taperão. Quanto ao primeiro, foi ocupada em fevereiro de 2003 por um quantitativo de famílias que varia, segundo as fontes informacionais, de setecentas a mil e duzentas famílias, distribuídas pelos cinco alqueires (Anjos & Chaveiro, 2006).

Depois de algumas semanas, uma força policial envolvendo seiscentos homens retirou da área os ocupantes, não havendo por parte do poder público nenhuma proposta de alocação residencial para as famílias. A mesma área, decorrido pouco mais de um mês, foi nomeada de Sollar das Paineiras e loteada pela proprietária da área em três etapas, ainda que sem averbação da área, havendo já vendido todos os lotes das primeira e segunda etapa. De acordo com o comandante do 2º Pelotão da Polícia Militar/23º

CIPM, Tenente Tarcísio R. de Carvalho, há proposta de averbação da área com a distribuição das três etapas entre os três municípios (Anjos & Chaveiro, 2006).

A fazenda Taperão, no município de Goiânia (Km 10 da GO-070), foi adquirida por uma sociedade do deputado estadual José Nelto com o deputado federal Luiz Bittencourt, além de outros sócios, em 2003, registrada em cartório de Goianira como Residencial Triunfo, loteada e vendida em condições atraentes, já estando quase completamente vendido e com mais de 30% dos lotes em construção. Houve proposta de embargo pelo poder público. Mas, logo no início do mandato de Íris Rezende junto à prefeitura municipal de Goiânia, o caso foi arquivado. Em março de 2006, já estava à venda o bairro Residencial Triunfo II (Anjos & Chaveiro, 2006).

O município de Goianira conta ainda com a presença recente de mais dois outros loteamentos próximos à rodovia GO-070, contíguos à capital. Trata-se de um prolongamento por mais um quilômetro do último setor da cidade (Cora Coralina), chamado Vila Adilair. Deve-se ressaltar que isso ocorre mesmo que a cidade tenha grandes propriedades não loteadas, tanto ao longo da rodovia quanto no interior de sua malha urbana, e ainda grande quantidade de lotes vagos. Após esse prolongamento, encontra-se um parcelamento destinado à classe média alta, seguindo a ideologia dos condomínios fechados, chamado Villagio Baiocchi.

Esta zona conurbada se apresenta como uma alternativa para a implantação de conjuntos habitacionais desde a década de 70. Trata-se de uma área de fronteira da expansão urbana decorrente do crescimento da região noroeste de Goiânia. Esta região apresenta um crescimento anual de 9%, perdendo apenas para a região Sudoeste, com um crescimento anual de 14,5%. A Tabela 2 apresenta a movimentação da população de Goiânia na década de 90, cujas regiões que apresentam os maiores ritmos de crescimento são exatamente aquelas que não se localizam na parte central da cidade.

A migração intensa para a cidade desde a sua construção estimula esse crescimento, que por sua vez impulsiona o crescimento da malha urbana municipal muitas vezes extrapolando-a. Foi o que aconteceu com o perímetro noroeste de Goiânia, região com um forte crescimento populacional que se expandiu e conurbou com o município do entorno, no caso, Goianira. Tal movimento lança nos municípios do entorno migrantes entusiasmados com os valores dos lotes, de modo geral baratos, advindos de várias partes do país, em especial da nordeste brasileira, além de cidades do interior do Estado de Goiás.

Tabela 2: Goiânia: População Urbana segundo as Regiões - 1991 e 2000

Região	População		Tx de Cresc. (%) Anual	Participação (%)	
	1991	2000		1991	2000
Central	152.449	145.960	-0,5	16,7	13,4
Sul	157.938	165.288	0,5	17,3	15,2
Macambira/Cascavel	100.163	93.000	-0,8	11,0	8,6
Oeste	44.937	65.355	4,2	4,9	6,0
Mendanha	47.077	56.393	2,0	5,2	5,2
Noroeste	51.367	111.389	9,0	5,6	10,3
Vale do Meia Ponte	43.071	52.640	2,3	4,7	4,8
Norte	44.652	63.840	4,1	4,9	5,9
Leste	95.950	106.966	1,2	10,5	9,9
Campinas	123.338	123.530	0,0	13,5	11,4
Sudeste	34.780	43.807	2,6	3,8	4,0
Sudoeste	17.092	57.638	14,5	1,9	5,3
População Urbana	912.711	1.085.806	1,9	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000/Prefeitura de Goiânia-SEPLAM-DPSE

O Plano Diretor Integrado de Goiânia de 1992 (PDIG 92), tendo em vista a grande importância ambiental da região Noroeste, impunha limites a esse prolongamento, chegando a considerar as Chácaras Recreio São Joaquim e Fazenda Primavera áreas destinadas à ocupação semi-urbana rarefeita. Nessas mesmas localidades, surgiram, no decorrer da década de 1990, bairros de grande densidade populacional (setor Primavera e setor Sollar Ville), por ação direta e/ou indireta do poder público.

Tal região se soma às estatísticas do crescente aumento das periferias em cidades grandes, repleta de bairros operários integrantes de uma periferia proletarizada e capaz de incorporar massas que almejam oportunidades de trabalho, de acesso à educação, à saúde, ao saneamento básico, aos serviços, ao comércio e aos outros aportes oferecidos pelos núcleos urbanos.

Entretanto, nem sempre a consolidação desses desejos é possível, pois se trata de populações excluídas do processo de integração econômica e social, expostas a processos de degradação ambiental, ao alto custo urbano e ao crescente processo de periferização. Este crescimento acelerado contribui para perda de identidade do município, que passa a ter a identidade da metrópole, além de receber as influências do pensamento da metrópole não-periférica na edificação de seus sonhos, valores, prazeres e mesmo na consolidação destes. Chaveiro (2001) complementa que é um dos papéis essenciais da metrópole é formar gostos, ajuizar maneiras de consumir, educar o indivíduo para o mundo que se tem, introjetar maneiras do indivíduo participar do concerto mercadológico.

Nas imediações da GO-070, na zona transitória, ao mesmo tempo em que se vê loteamentos recentes bastante populosos, vê-se áreas industriais e áreas rurais. Trata-se de uma espacialização em formação, ainda confusa. Habitantes deste espaço segregado, fruto de um modelo de sociedade excludente, são verdadeiros motores da economia goianiense.

As ações sociais fundantes da periferia proletária marcam o espaço por intermédio do mundo do trabalho, contribuem com os processos de subjetivação numa perspectiva cultural, sócio-espacial e coletiva. Contribuindo com a forma deste lugar está a zona industrial, grande transformadora sócio-espacial na sua inserção ao redor destes bairros periféricos ou mesmo na formação de novos conjuntos habitacionais. Indústrias são atraídas para tal local devido a fatores como a boa localização, a razoável infra-estrutura, como exemplo, a duplicação da GO-070 e ao baixo valor da mão de obra. As pequenas propriedades rurais que ainda permanecem na área fazem parte desta forma espacial, talvez esta mais bucólica e mais isolada. Logo, esta paisagem, dará espaço a novos loteamentos ou quem sabe a uma nova fábrica para a região.

Tratando da privação sofrida por habitantes de tal região, tem-se o exemplo do Residencial Triunfo. A população residente enfrenta a mais de um mês a falta de abastecimento de água, que passa por um processo de racionamento, havendo corte da água durante dois períodos do dia. Há casos de pessoas que recorrem à represa mais próxima para buscar água, para tomar banho e cozinhar.

As partes responsáveis alegam que o bairro cresceu de maneira inesperada, muito rapidamente e a infra-estrutura, por ser cara e de difícil locação, demora a chegar. É interessante ressaltar que em apenas certas regiões da cidade tem-se tal tipo de problema. Talvez a falta de abastecimento da água seja um problema que salte aos olhos, mas não foram somados à falta de escolas, feiras, postos de saúde, hospitais, iluminação pública, área verde e policiamento. Tem-se também a falta de áreas para o lazer comunitário como áreas de convivência, áreas esportivas, praças e jardins, entre outros.

Faltam centros que ultrapassem as fronteiras das igrejas evangélicas e dos bares, que são inúmeros na região. Além da demora do ônibus, seguida da falta de boa qualidade do serviço oferecido, somado ao sacrifício corporal de atravessar uma rodovia perigosa e enfrentar logo pelo início da manhã um ônibus lotado. Trata-se de um problema cotidiano para simplesmente encontrar algum serviço oferecido pela metrópole, ou pior, para chegar ao trabalho ou à escola. Compreendemos assim que grande parte dos problemas sofridos pelas periferias urbanas em Regiões Metropolitanas está ligada ao descaso do poder público.

Nas imediações, porém, já no perímetro urbano da cidade de Goiânia, tem-se o bairro Jardim Primavera, com um comércio significativo caracterizado como um bairro polarizador dessa região. Nele, habitantes da área conurbada fazem compras de alimentos, levam os filhos para a creche e escola, vão ao banco e freqüentam a igreja católica, uma vez que esta é a mais próxima da região. Enfim, saciam parte de suas necessidades nesse bairro.

A renda média dos habitantes destes loteamentos populares situados às margens da GO-070 gira em torno de dois a três salários mínimos. As características das residências situadas neste local são bem simples, geralmente de pequeno porte, com terrenos de 200 m² - a medida mínima de um terreno regularizado hoje pela prefeitura é de 250 m² -, com telhados de apenas uma água, do tipo barracão.

Raramente, possuem mais que dois quartos, comportando 4 a 5 pessoas em média, podendo chegar a mais. A regra é: casas com iluminação e sistema de ventilação inadequados, sem pintura, sem muros, com solos expostos, entulhos lançados na porta da casa e falta de vegetação, como se pode verificar na figura 2.



Figura 2 - Padrão de moradia do Residencial Triunfo

Essas casas são construídas, em sua maioria, com ajuda de mutirões entre membros da família, e até mesmo vizinhos, denominadas de autoconstrução (vide figura 3). Grande parte destes moradores são proprietários de suas residências, o que os torna orgulhosos e satisfeitos, mesmo estando longe das condições “ideais” de habitabilidade e conforto. O sonho da casa própria realizado parece tolerar outras deficiências.



Figura 3 - Autoconstrução, Residencial Triunfo

Outra característica dessa área conurbada diz respeito ao valor do terreno, que apesar de possuir condições de pagamento acessíveis a populações de baixa renda, com inúmeras prestações, com valores inferiores a meio salário mínimo e baixo valor de entrada, o valor monetário de um lote no Residencial Triunfo e no Residencial Triunfo II, conseguiu uma valorização de 100%, num período inferior a três anos.

As expectativas do setor imobiliário conjuntamente com os especuladores, ou “investidores”, como também são chamados, é que tal valorização é uma realidade. Não há mistérios para desvendar os motivos pelo qual se dá tal valorização, para tal fator temos a ligação com Goiânia através de vias de fluxo rápido, com duas pistas (GO- 070 e a Perimetral Norte), com ausência de congestionamento de veículos. Outros fatores são a relativa proximidade às regiões centrais de Goiânia e a topografia da região, que é bem plana. Além da infra-estrutura já implementada, como asfalto e saneamento básico, em alguns bairros, mesmo que deficiente.

Ensaio sobre a área que abrange os loteamentos do Residencial Paineiras, do Residencial Triunfo e do Residencial Triunfo II, que no momento pertencem à Goianira, está passando pelos trâmites jurídicos a fim de se tornar seus bairros agregados ao município de Goiânia. Os moradores afirmam não haver muita diferença para eles sobre este aspecto, apesar da maioria preferir que esta área passe a ser território

goianiense, por questões de valorização do terreno, e, principalmente, devido à estrutura que eles acreditam melhorar, caso a área passe a pertencer ao perímetro urbano de Goiânia.

Há os que preferem que a situação não se altere, principalmente para que os impostos não aumentem e também porque dizem não acreditar nas possíveis melhorias quanto à infra-estrutura que Goiânia poderia oferecer. Por outro lado, os especuladores, proprietários da área têm muito interesse nesta mudança, principalmente, para que a área atinja altos valores e viabilize a reprodução do capital num menor tempo. As prefeituras de cada cidade disputam a área a fim de recolher mais impostos.

A execução da pesquisa, especialmente os trabalhos de campo, efetivado “in lócus”, possibilitou que enxergasse os dramas sociais dos moradores das zonas conurbadas. Além disso, demonstrou o que tinha se levantando como hipótese: de que não se deve pensar a metrópole goianiense eximida de sua periferia, nem compreender a periferia do entorno fora da análise da metrópole.

Além desses elementos gerais, alguns específicos se tornaram notórios, a saber:

1 – Há uma tendência à concentração (produzida deliberadamente) de ofertas de produtos e serviços no município-pólo da RMG, fazendo com que um fluxo crescente de população busque essa centralidade;

2- A Região Noroeste da capital é um grande vetor de expansão da periferia de Goiânia.

3 – É clara a participação conjunta dos setores imobiliários e político na expansão da periferia proletária, o que é evidenciado no surgimento dos bairros Residencial Triunfo e Solar das Paineiras, assim como em toda a região noroeste da RMG, desde o final da década de 1970;

4 – A cidade de Goianira passa por um momento de profunda redefinição socioespacial, tornando evidente um processo iniciado em meados da década de 1980, com a ocupação das margens da rodovia GO-070, hoje um eixo industrial e residencial-popular.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, T. e Serra, R.2001. Crescimento Econômico nas Cidades Médias Brasileiras”. Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro:IPEA.

Anjos, A. F. e Chaveiro, E. F.2006. Impacto sócio-econômico do pólo calçadístico na cidade de Goianira. In: Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG - Conpeex, 3., 2006, Goiânia. Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica [CD-ROM], Goiânia: UFG.

Arrais, T. P. A.2004. Geografia contemporânea de Goiás. Goiânia: Vieira.

Corrêa, R. L.2005. Trajetórias geográficas. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico 1991. (Resultados Preliminares). Brasília: IBGE.

Maricato, E.1996. Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec.

Martine, G. et al.1990. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAM.

Matos, R.E.S.1995. Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte. Belo Horizonte. CEDEPLAR (tese de doutorado).

Rei, F. e Sogabe, M.N.2007. Regiões Metropolitanas. Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/mamburb/rmetrop/apresent.htm>.Acessado em: 27/06/2007

Santos, M.1993. A urbanização brasileira. Hucitec. São Paulo.

Santos, M. 1998. A urbanização latino-americana. São Paulo: Hucitec.

Torres, H.G. e Marques, E.C.2007.2007. A Recalcitrante relevância da periferia para o debate sobre as condições metropolitanas. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2001000900004&script=sci_arttext-170k – Acessado em: 12/05/2007